

MINISTÉRIO DA CULTURA

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)

Aplicação: **2014**

PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0 (X X) 6 1 3 4 4 8 - 0 1 0 0 ;
sac@cespe.unb.br; Internet —
www.cespe.unb.br.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

A respeito da ética no serviço público, julgue os itens a seguir.

- 1 Aprovado pelo Decreto n.º 1.171/1994, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal não se aplica à alta administração federal, uma vez que, para tais autoridades, aplica-se somente o Código de Conduta da Alta Administração.
- 2 O código de ética, constitui-se de um conjunto de regras que orienta e disciplina as condutas de determinado grupo de pessoas, sendo o documento em que se expressam os princípios e valores morais que fundamentam o modo de agir desse grupo.

Com base na Lei n.º 12.813/2013, julgue os próximos itens.

- 3 Na referida Lei, não consta a definição de informação privilegiada, mas apenas de conflito de interesse, conceituado como a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados com potencial comprometimento do interesse coletivo.
- 4 Considere que um diretor da ANCINE tenha sido desligado, por período inferior a seis meses, de sua função pública nessa Agência. Nessa situação, ele não poderá participar, de forma remunerada, de eventos patrocinados e organizados por empresas cujas atividades sejam reguladas e fiscalizadas pela ANCINE.

Considerando as reflexões propostas pelo Grupo de Trabalho (GT) Interministerial de 2003, julgue os próximos itens relativos ao regime regulatório brasileiro.

- 5 O GT Interministerial de 2003 deteve-se unicamente no Estado brasileiro produtor, positivo ou desenvolvimentista.
- 6 Ao analisar o papel, o escopo e o padrão de funcionamento das agências reguladoras federais, o GT Interministerial de 2003 encontrou falhas institucionais e de gestão no modelo de agências reguladoras, mas julgou adequado o então quadro de servidores existente.
- 7 O GT interministerial de 2003 propôs tanto a reversão da estrutura regulatória criada durante o governo Fernando Henrique Cardoso quanto a reorientação institucional das agências reguladoras.
- 8 O Projeto de Lei n.º 3.337/2004 foi o instrumento legal responsável pela reforma das regras e dos procedimentos organizacionais das agências reguladoras bem como por importantes avanços no marco institucional regulatório brasileiro.

Com base nas diretrizes do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG) e nos resultados do estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Brasil realizado em 2008, julgue os itens que se seguem.

- 9 Questões elegidas no PRO-REG como prioritárias coadunam com tendências internacionais dominantes.
- 10 A fim de minimizar as influências políticas partidárias nas decisões técnicas dos agentes de regulação, o sistema regulatório deveria tornar-se exclusivo da administração indireta.
- 11 Entre os objetivos específicos do PRO-REG inclui-se o estabelecimento de um lócus político de coordenação e supervisão no país.

Acerca do conceito de regulação, julgue os itens seguintes.

- 12 A existência de falhas de mercado justifica a intervenção do Estado na economia, uma vez que este é capaz de suprir as deficiências interpostas ao bem-estar social as quais o livre mercado é incapaz de sanar.
- 13 Atualmente, o movimento regulatório enfoca a priorização da melhoria da governança.
- 14 Sob um ponto de vista positivo, regulação é uma das formas de intervenção do Estado na atividade econômica.

Com relação à análise do impacto regulatório (AIR), julgue os próximos itens.

- 15 A aprovação da Resolução de Diretoria Colegiada n.º 52 da ANCINE ocorreu tardiamente, de modo a alinhar o arranjo institucional com o praticado nas demais agências reguladoras federais do país.
- 16 O Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PNCC) consiste em política pública que visa tornar mais ativas as ações reguladoras.
- 17 Na AIR, ferramenta regulatória prospectiva, dimensiona-se o benefício líquido da ação utilizando-se de técnicas qualitativas e desprezando-se as evidências empíricas.
- 18 De acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada n.º 52 da ANCINE, deve-se elaborar AIR para a aprovação de proposta regulatória.

Acerca dos elementos da narrativa audiovisual, julgue os seguintes itens.

- 19 Nos filmes conduzidos por personagens, a ação emerge do que querem e necessitam os personagens, enquanto nos conduzidos pela trama, os personagens são secundários aos acontecimentos que compõem a trama.
- 20 O tema é o elemento que está presente em toda a narrativa audiovisual, a ideia recorrente do início ao fim do filme.
- 21 Entre os elementos que constituem a narrativa audiovisual incluem-se a exposição e o arco.

Com relação aos elementos da linguagem audiovisual, julgue os itens a seguir.

- 22 O número de quadros individuais que são exibidos por segundo é denominado cadência, cuja medida é dada em fotogramas por segundo (FPS) ou em quadros por segundo (QPS). O padrão da cadência foi fixado no cinema em 30 QPS e, no vídeo, em 24 QPS.
- 23 A variedade de cenas de um roteiro, em relação ao tempo e ao espaço em que se situam, consiste em um importante indicador do grau de complexidade de realização de uma obra, sendo um fato que impacta diretamente o planejamento de prazos e custos do projeto.
- 24 Linguagem audiovisual refere-se ao conjunto de planos, ângulos e movimentos de câmera que compõe o universo de um filme.

Julgue os próximos itens, relativos a tipos de planos.

- 25 Plano de conjunto caracteriza-se pela filmagem de um grande espaço em que os personagens não podem ser identificados.
- 26 No plano americano, os personagens são cortados na altura da cintura ou da coxa.
- 27 Uma cena que se passe em um local de alto custo de realização, conforme descrito em seu roteiro, pode ser gravada em cenário reduzido, utilizando-se, por exemplo, uma tapadeira ou painel ao fundo, caso esta seja decupada para ser realizada em primeiro plano, primeiríssimo plano ou plano detalhe.
- 28 Um plano pode ser classificado mediante três critérios: distância da câmera em relação ao(s) objeto(s) filmado(s); ângulo da câmera em relação a esse(s) objeto(s); movimentação da câmera.

No que se refere ao ângulo da câmera em relação ao(s) objeto(s) filmado(s) e à movimentação da câmera, julgue os itens a seguir.

- 29 O *zoom* consiste em um recurso utilizado para aumentar uma parte escolhida da imagem mediante o emprego de uma lente especial. Caso se pretenda conferir a impressão de distanciamento da câmera em relação ao assunto utiliza-se o *zoom in* e caso se pretenda conferir a impressão de aproximação utiliza-se o *zoom out*.
- 30 Na angulação horizontal lateral, também denominada de perfil, o objeto filmado deve ser visto de lado.

Acerca do ciclo de vida de um projeto audiovisual, julgue os itens que se seguem.

- 31 A filmagem corresponde ao período de captação das imagens e do som do filme, sendo os planos captados de acordo com a decupagem e o plano de filmagem, conforme o planejamento estabelecido na etapa de pré-produção.
- 32 Os principais produtos a serem entregues na fase de produção são película, fitas, HD e cartões contendo o material filmado bem como o projeto de cenografia e figurino, já concluído.
- 33 A fase de pré-produção compreende os procedimentos técnicos que organizam os elementos filmicos visuais, determinando sua duração e sua ordem.
- 34 O principal produto a ser entregue na fase de pós-produção é o objeto final do projeto, ou seja, o filme finalizado.
- 35 O ciclo de vida de um projeto audiovisual divide-se unicamente em duas fases: filmagem (ou produção) e finalização (ou pós-produção).
- 36 Além de captar recursos mediante leis de incentivo, o produtor pode buscar alternativas para o financiamento de seus projetos, tais como patrocínio e investimento direto, coproduções, editais públicos, linhas de crédito, apoio internacional, apoios ou permutas e *merchandising* ou *product placement*.

Com relação aos princípios de gestão e avaliação de projeto, julgue os itens a seguir.

- 37 Um adequado cronograma de execução de projeto audiovisual é fator que garante uma equipe bem preparada para a execução do projeto.
- 38 Em 2011 e 2012, a queda substancial de público dos filmes brasileiros, verificada em comparação à participação de público total, ocorreu devido à baixa qualidade técnica dos filmes apresentados e à temática dissonante desses filmes em relação à realidade brasileira.
- 39 Não há ligação direta e objetiva entre prazos e custos previstos em um projeto, devendo o responsável pela análise do projeto desconsiderar essa relação e focar nos demais quesitos técnicos envolvidos na execução do projeto.
- 40 Ao analisar um projeto audiovisual segundo o modelo SWOT, o gestor do projeto deve avaliar, entre outros aspectos, o tema central da obra em relação à variável espaço e tempo.
- 41 Entre os processos que devem fundamentar a gestão e a avaliação de projetos incluem-se o planejamento, a administração de contratos e o acompanhamento do cronograma previsto.

No que diz respeito à gestão de projetos, julgue os itens que se seguem.

- 42 O desenvolvimento das competências dos gestores e a capacitação para a certificação de pessoas e corporações são objetivos das duas principais linhas de pensamento de gestão de projetos — IPMA (*International Project Management Association*) e PMI (*Project Management Institute*) —, as quais se complementam, na prática, quanto aos processos e modelos.
- 43 O gestor é o profissional que contribui para o estabelecimento de equilíbrio na relação entre instituições, governos e organismos, ao fixar o cumprimento dos parâmetros pré-acordados entre os *stakeholders*.
- 44 Entre os objetivos do emprego da técnica SWOT inclui-se a identificação de elementos-chave na gestão do projeto, ação que permite eliminar completamente as fraquezas presentes no ambiente de desenvolvimento e execução do projeto.

No que diz respeito às agências reguladoras e a seu poder normativo, julgue os próximos itens.

- 45 Em consonância com o princípio da separação de poderes, o Poder Judiciário não deve imiscuir-se na competência própria do Poder Executivo — o estabelecimento das normas concernentes à atuação das agências reguladoras — nem nas prerrogativas do Poder Legislativo — a adoção, nos limites da lei, de medidas respaldadas em critérios políticos.
- 46 A primeira geração das agências reguladoras brasileiras, datada do primeiro governo de Getúlio Vargas, voltava-se à produção e ao comércio dos produtos mais relevantes das exportações brasileiras.
- 47 Os serviços comerciais e industriais de telecomunicações são considerados serviços públicos não exclusivos do Estado, sendo objeto de regulação quando são explorados diretamente pela União mediante concessão, permissão ou autorização à empresa estatal.
- 48 No modelo brasileiro, as agências reguladoras que têm por objetivos a regulação do mercado e a manutenção do equilíbrio da concorrência distinguem-se das que têm por objetivo a regulação de diferentes tipos de atividades, especialmente das da ordem social.
- 49 A criação das agências reguladoras representa um contraponto ao processo de privatização de empresas estatais e uma afirmação do papel normativo e fiscalizatório do poder público.
- 50 Um dos requisitos para o exercício das funções das agências reguladoras com autonomia e estabilidade é que a nomeação de seus dirigentes esteja condicionada à arguição pública com aprovação prévia dos nomes pelo Senado Federal.
- 51 O grau de judicialização das políticas regulatórias é estabelecido com base em alguns princípios constitucionais, entre os quais se inclui o da isonomia, que assegura, por exemplo, no caso de decisão judicial favorável a um usuário, quando em conflito com orientação de agência reguladora, a extensão dos efeitos favoráveis da decisão a todos os demais usuários.

Ainda no que se refere às agências reguladoras e a seu poder normativo, julgue os itens seguintes.

- 52 Tratando-se de contratos de concessão de serviços públicos ou de exploração de bem público celebrados com as agências reguladoras, o Ministério ao qual se vincula a agência é quem desempenha a função regulamentar inerente a esse tipo de contrato.
- 53 A obrigatoriedade de concurso público para o ingresso nos quadros funcionais do Estado é uma das transformações observadas no âmbito do direito administrativo que atestam o processo de democratização das formas de atuação da administração pública.
- 54 De acordo com a teoria dos poderes neutrais, as agências reguladoras ampliam e reforçam o sistema de freios e contrapesos que equilibra as relações entre os poderes tradicionais, compensando o déficit democrático externo à agência, à regulação.
- 55 Segundo a teoria da transmissão democrática, uma das teorias que sustentam a inexistência de um déficit democrático inerente ao modelo brasileiro de agências reguladoras, cabe ao legislador atribuir o poder normativo sobre matérias complexas e especializadas a técnicos que detenham legitimidade e gozem de autonomia, independentemente de estes terem sido eleitos.
- 56 Um dos fatores que podem comprometer a autonomia e a legitimidade de agências reguladoras consiste na captura de suas decisões pelos interesses das empresas reguladas.
- 57 Um dos aspectos que podem tornar ineficiente o modelo de regulação é a falta de coordenação das diferentes agências reguladoras, como apontado pelo ministro Benjamin Zymler em relação ao setor energético, em que a falta de orientação da ANEEL e da ANP sobre a política energética nacional prejudica o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de implementá-la.
- 58 O vínculo entre algumas agências reguladoras e o Poder Executivo é definido pelo contrato de gestão, instrumento legal que confere maior autonomia gerencial à agência, que permite que o controle seja feito em função dos resultados, e não dos processos.

Com relação à análise de impactos regulatórios e às audiências e consultas públicas, julgue os itens a seguir.

- 59 O processo de elaboração de normas adotado pelas agências brasileiras foi inspirado no modelo das agências norte-americanas, em especial no que diz respeito à realização obrigatória de audiências ou consultas públicas, ação que reforça a sua legitimidade e garante a ampla participação dos cidadãos.
- 60 O consumo de álcool pelos indivíduos é um dos temas sobre os quais se aplicaria a análise de impactos regulatórios, haja vista, em relação a esse assunto, haver choques entre posições ou direitos fundamentais. A análise de impactos regulatórios, além de orientar as decisões estatais, permite a participação dos interessados potenciais, economia de tempo e sopeso entre direitos individuais e os relacionados às liberdades econômicas.
- 61 Considere que uma agência reguladora tenha publicado em diário oficial, anteriormente à edição de norma, uma minuta convocando os interessados a se manifestarem em sessenta dias acerca da referida norma. Nessa situação, a realização dessa publicação visa, entre outros aspectos, a aumentar a aceitabilidade da norma definitiva, evitando resistências e contestações administrativas e judiciais.
- 62 Considere que, em uma audiência pública, a maioria dos participantes tenha-se manifestado contrariamente à proposta apresentada pela agência. Nessa situação, a agência deverá, obrigatoriamente, retirar a proposta e reconvocar a audiência, apresentando nova proposta.

O faturamento do mercado brasileiro para produtos e serviços audiovisuais representa cerca de 1,6% do total mundial. A maior parte desse faturamento decorre da exploração de conteúdos audiovisuais estrangeiros no mercado doméstico. Acerca desse assunto e dos múltiplos aspectos por ele suscitados, julgue os itens a seguir.

- 63 No Brasil, as outorgas de radiodifusão de sons e imagens garantem à empresa concessionária a possibilidade de produzir e programar conteúdos audiovisuais próprios e de terceiros bem como de montar a rede de difusão dos sinais, o que lhe possibilita uma atuação verticalizada.
- 64 A Lei Geral de Comunicação Eletrônica foi regulamentada em 2010 com o objetivo de fomentar a circulação e a comercialização das produções audiovisuais nacionais no mercado doméstico.
- 65 A Lei do Cabo de 1995 obrigava todas as operadoras e programadoras a exibirem em sua programação produções audiovisuais nacionais de produção independente.
- 66 A política pública brasileira para o audiovisual segue, historicamente, o viés cinematográfico, a despeito de outros países cujas estratégias de políticas sistêmicas denotam a importância econômica do audiovisual e têm a televisão como instrumento importante no cenário da convergência.

O mercado audiovisual compreende a produção, a circulação e o consumo de conteúdos audiovisuais diversos em um sistema de atividades interdependentes. Acerca desse assunto e de suas implicações, julgue os itens subsequentes.

67 O mercado audiovisual divide-se, basicamente, em cinco segmentos: mercado das salas de exibição, mercado de vídeo doméstico, mercado de televisão por assinatura, mercado de televisão aberta e mercado de vídeo por demanda.

68 Uma empresa tem poder de mercado ao conseguir impor preços a seus fornecedores e(ou) a seus clientes, o que ocorre mais facilmente em estrutura de mercado em que vigora concorrência monopolística.

69 A EMBRAFILME, estatal produtora e distribuidora cujas atividades foram encerradas no início da década de 90 do século passado, foi institucionalizada na década de 60 do século passado, mediante uma aliança peculiar entre setores nacionalistas dos meios militares e cineastas de esquerda.

70 O poder regulatório do Estado no setor audiovisual pode ser exercido mediante intervenção *a priori*, ao induzir determinadas condutas tidas como desejáveis; e por meio de intervenção *a posteriori*, ao limitar certos comportamentos das empresas ou ao interferir diretamente na própria atividade empresária, objetivando estabelecer uma nova estrutura de mercado, mais eficiente no que tange à equidade e ao progresso.

71 Um instrumento empregado para a análise dos mercados e do grau de competição entre as empresas que aí atuam é a cadeia de valor, recurso que permite conhecer as atividades que são exercidas pelos agentes econômicos para levar determinado produto ou serviço até o consumidor.

72 Os conteúdos audiovisuais de fluxo são aqueles que raramente geram receitas adicionais decorrentes da venda de direitos de exploração a terceiros.

73 A exploração econômica de produto audiovisual refere-se à comercialização dos direitos da exploração do produto em diversos territórios e modalidades, e não à comercialização do produto em si.

Considerando que atualmente, a relação entre produtores independentes brasileiros e redes de exibição, distribuidores estrangeiros, redes de telecomunicação e grandes produtores é marcada por interesses antagônicos, julgue os próximos itens.

74 Após o fim do governo militar no Brasil, movimentos organizados da sociedade pela democratização das comunicações no país conquistaram um novo e amplo espaço de atuação junto ao Estado, passando também a ter acesso às concessões de radiodifusão.

75 O Poder Legislativo brasileiro incorporou ao marco legal inicialmente estruturado para viabilizar a entrada das empresas de telecomunicações no mercado de televisão por assinatura no país condicionamentos que visavam estimular o mercado audiovisual nacional, como, por exemplo, cota para veiculação de conteúdos audiovisuais brasileiro em alguns canais estrangeiros.

76 A Lei do Audiovisual promulgada em 1993 consiste em marco legal de renúncia fiscal em prol do fomento da produção cinematográfica. A partir dessa Lei, a decisão sobre a aplicação dos recursos públicos passou a ser exclusivamente privada.

77 O atual modelo brasileiro de veiculação audiovisual restringe-se à produção e ao licenciamento de produções terceirizadas pelas emissoras regionais, nas quais se verifica permeabilidade da televisão aberta aos conteúdos audiovisuais regionais essencialmente dramaturgicos.

Em 2000, as frentes de trabalhos no III Congresso Brasileiro de Cinema (CBC) produziram um relatório final em que foram elencadas diversas reivindicações e propostas ao qual se somaram as discussões do Grupo Executivo para o Desenvolvimento do Cinema (GEDIC), cujos trabalhos resultaram na criação da ANCINE. No que se refere a essas iniciativas, julgue os itens que se seguem.

78 O trabalho do GEDIC foi desenvolvido sob sigilo, com o objetivo de contornar o *lobby* dos muito interessados no setor audiovisual.

79 Coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, o GEDIC contou com a participação de ministros de Estado, cineastas e produtores cujo objetivo principal era criar a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (ANCINAV), uma agência reguladora com poder normativo sobre as atividades de produção, distribuição, promoção, publicidade, exibição, difusão e veiculação das obras audiovisuais no Brasil.

80 O III CBC reuniu entidades ligadas ao audiovisual de diversos estados brasileiros bem como cineastas, produtores, técnicos, críticos, pesquisadores, exibidores, distribuidores e televisão pública, não contando com a presença de representantes da televisão privada, que, contrários ao projeto, criticaram a ação, caracterizando-a como a validação do mercado ao intervencionismo estatal.



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos